

*Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre - SISA***ATA DA 1ª REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO  
ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO  
E VALIDAÇÃO DO SISTEMA DE  
INCENTIVOS A SERVIÇOS  
AMBIENTAIS DO ACRE DO ANO DE  
2017**

No dia 30 de Março de 2017 na sala de reuniões da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, situada a Trav. Benjamin Constant, 856, Centro, Rio Branco, Acre, às 14h estiveram reunidos membros da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento – CEVA do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre – SISA, bem como membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena – GTI. A reunião foi iniciada pela Coordenadora da Comissão, a Sra. Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira, que deu as boas-vindas, agradecendo a presença de todos e em seguida passou às apresentações dos participantes e da pauta do dia:

1. Discussão sobre a proposta da fase 2 do Programa REM/KFW
2. Apresentação de documentos referentes à elaboração e discussão do *Template* REM/KFW 2017

Na sequência a Sra. Magaly Medeiros apresentou o formulário do *Template*, descrevendo suas lacunas e necessidades de informação, relatando que a Sra. Sílvia Brilhante, juntamente com a Sra. Monica Hoper haviam elaborado o documento e que naquela fase seria necessário o aporte de informações complementares. A Sra. Sílvia Brilhante discorreu sobre a construção do documento, falando das oficinas institucionais e reuniões junto aos gestores da área produtiva; e, por fim colocou os questionamentos de gestão, governança, mecanismos financeiros e salvaguardas, constantes da revisão no *Template*, realizada e encaminhada por e-mail pela Sra. Christiane Ehringhaus, dia 23 de março do corrente ano e se comprometeu com o envio de uma Nota Técnica dividida em duas partes: uma de Gestão e Governança e outra da parte de Operação Financeira, aos membros da Ceva, assim que estivesse concluído o processo. A Sra. Magaly Medeiros informou que estaria encaminhando, por e-mail, uma lista de perguntas vinculadas às lacunas do *Template*, para os demais colegas contribuírem. O Sr. Alberto Tavares ponderou sobre a valorização do trabalho da Ceva, explicando que este tipo de mecanismo de transparência era raro e já reconhecido pelo KfW, mas deveria ser demonstrado esse valor a potenciais parceiros. Argumentou também que controle social realizado de forma voluntária se tratava de um ponto que chamava muita atenção e que era ausente da maioria dos processos não somente no Brasil, mas no mundo. A Sra. Magaly Medeiros destacou a importância do alinhamento da Ceva e de seus membros, que todo este trabalho deveria ser ressaltado aos parceiros e que estivessem claras as estratégias de transparência adotadas pela governança do SISA. Falou ainda sobre o reconhecimento internacional do trabalho da Ceva e parceiros com as salvaguardas,

*Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre - SISA*

demonstrado no certificado de REDD+SES que o estado do Acre recebeu, com a implementação do SISA. Isso somente foi possível devido à conquista desse grupo da Ceva, com muito trabalho realizado por todos, a postura, atuação e envolvimento do grupo. A Sra. Adelaide de Fátima falou sobre o início da atuação da Comissão, colocando todas as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do trabalho voluntário, o quanto foi necessária a atuação da Ceva junto aos beneficiários do Programa REM/KFW para buscar o reconhecimento e o entendimento das comunidades sobre o que é o SISA e qual sua atuação. Falou ainda que essa mudança aconteceu após a Sema ter assumido a pasta da Floresta e que a partir desse momento a Ceva pôde ter um maior acesso as informações de execução do Programa REM/KFW. A Sra. Magaly Medeiros complementou colocando que somado a isso, a Ceva, nessa época, ficou completamente envolvida com a construção das salvaguardas, o que demandou reuniões frequentes por parte de seus membros. Acrescentou ainda que a partir de fevereiro de 2014 os membros da Ceva começaram a ter acesso aos planejamentos financeiros do Programa REM/KFW, coincidindo com o início de sua gestão na presidência do IMC. Sr. Waldir Cruz falou sobre a dificuldade de comunicação entre os membros da Ceva e a Secretaria Executiva no que concerne ao retorno das deliberações e seus desdobramentos. Colocou que existia uma lacuna entre o Plano de Trabalho – apresentado no início e a prestação de contas – apresentada no final, que dificultava o acompanhamento dos membros da Ceva; falou da necessidade de outros instrumentos de acompanhamento que estabelecesse um fluxo na comunicação, que possibilitasse perceber quando uma decisão tomada na Ceva estaria sendo incorporada e como que uma decisão tomada no Programa REM/KFW chegaria para a Ceva. Disse por fim que a Ata poderia ser um desses instrumentos, mas que precisava que seu relator tivesse o cuidado de registrar tal qual havia se dado na reunião. Outro instrumento poderia ser “Notas Técnicas” que seriam encaminhadas aos membros da Ceva tratando de assuntos específicos pendentes de continuidade. Concluiu com a ideia de se imputar aspecto deliberativo aos GTs da Ceva. A Sra. Magaly Medeiros propôs que a Ceva encaminhasse uma proposta para criação de um fluxo para se trabalhar na segunda fase, que a Ceva pudesse propor estratégias para esse controle social, incluindo revisão de seu arcabouço legal entre outros. Sra. Adelaide de Fátima também defendeu que tinha que se estabelecer esse fluxo de informações. O Sr. Waldir Cruz falou da importância de se registrar oficialmente todas as reuniões para não incorrer no erro de em tempos futuros as decisões ora tomadas não fossem reconhecidas. Sra. Adelaide de Fátima complementou que essa também era uma preocupação da Federação, de se registrar todas as decisões e encaminhamentos tomados, de forma participativa, legítima. O Sr. Érico Pires expôs que realmente as Atas da Ceva precisavam ter mais refletidas as decisões que a Comissão tomava; que seria preciso melhorar o registro dessa informação, pois a Ceva já havia travado debates sobre questões de alta complexidade e que tudo isso precisaria estar registrado em sua Ata e que estas decisões deveriam ser registradas em forma de sentença com uma motivação mínima, sendo depois utilizadas como precedentes. Colocou ainda que não se poderia imputar poder deliberativo aos GTs, mas que este

*Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre - SISA*

poder deliberativo se encontrava não somente na Ceva, mas também nos três conselhos, onde estaria o controle finalístico. Por fim falou sobre a Ceva ter maior estrutura para monitorar em campo. Ponderou que o IMC poderia articular uma estrutura física que necessariamente não seria a dele e sim de seus parceiros e, se necessário, estrutura técnica para um parecer, por exemplo. Continuou dizendo que o IMC poderia disponibilizar um técnico para tanto e se colocou à disposição para contribuir com a definição de uma proposta de fluxo de comunicação e instrumentos (formulários talvez, com campos mínimos que poderiam ser: Motivação/Decisão) para o monitoramento da Ceva, indicando uma agenda com duração de um dia inteiro. Concluiu com a alusão ao desenho animado no qual se vai colocando trilhos para construção da estrada de ferro ao mesmo tempo em que se dá a passagem do trem, para exemplificar o aspecto pioneiro do SISA. A Sra. Ivana Guerreiro sugeriu que nessa agenda se aproveitasse para tratar da alteração em alguns dos instrumentos jurídicos estabelecidos, como o decreto da estrutura do IMC e Comitê Gestor (mesmo decreto); decreto da Ceva, seu regimento e resolução do GTI, bem como revisão da minuta da Resolução do GTM e elaboração do decreto da Comissão Executiva. A Sra. Magaly Medeiros declarou sentir que os processos estavam avançando e que o SISA estava se especializando a cada ano. Falou ainda da necessidade de melhoria no monitoramento das salvaguardas. Nesse momento a Sra. Adelaide de Fátima pediu licença para se retirar devido a um outro compromisso. O Sr. Pável Jezek iniciou sua apresentação falando sobre os serviços de consultoria para a WWF Brasil e dos 10 passos metodológicos constantes no documento “**Avaliações Externas da Iniciativa Internacional REDD+SES**”. Destacou nesse trabalho, uma parte de governança, outra parte de monitoramento e a última de avaliação; acrescentou que o Programa REM/KfW possuía relatórios, nos quais se constataavam os avanços a cada três meses. Observou que na última visita de representantes do Banco KfW durante o mês de dezembro de 2016, foi sugerido que, para o novo plano, fossem elaborados relatórios anuais. Relatou que no âmbito do trabalho desenvolvido junto ao WWF Brasil foram concebidos mecanismos de retorno e que isto seria o 11º passo das salvaguardas socioambientais, um passo a mais que os estabelecidos no padrão internacional, que o Acre propôs que fosse incorporado de forma a fechar o ciclo do monitoramento. Explicou que para que este ciclo se fechasse seria preciso atuação da Ceva e seus GTs avaliando, identificando lacunas, monitorando, aprimorando e depois se voltaria e perguntaria: “Foram resolvidas as lacunas?” Após isso, os resultados seriam apresentados à Ceva e aos Conselheiros dos três Conselhos, no item da metodologia chamado “encontro e recomendações dos setores”, de forma a facilitar e acelerar o processo. Depois a versão preliminar seria apresentada em consulta pública e seriam coletadas as recomendações finais, para nos dois anos seguintes ir atualizando esse monitoramento de salvaguardas. Colocou ainda que houve uma evolução na equidade de gênero e no monitoramento da biodiversidade. O Sr. Waldir Cruz falou da preocupação com a efetividade das ações implementadas no cumprimento das salvaguardas. O Sr. Érico Pires discorreu sobre a importância desse monitoramento, da efetividade das ações, falando que num primeiro momento foi monitorada somente a

*Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre - SISA*

ação/execução e que agora teria que ser monitorado o resultado dessa ação. Prosseguiu, dizendo que isso poderia ser feito sendo incorporados nos relatórios que eram elaborados, dados concretos – como a mudança nos modos de produção – que eram indicadores. Destacou que seria preciso verificar os indicadores na segunda fase. A Sra. Magaly Medeiros falou que as comunidades precisariam contribuir com o monitoramento dos indicadores e que para tanto as comunidades precisavam ser instruídas de forma a estabelecerem esse processo. O Sr. Ricardo Mello argumentou que as pessoas que participavam como beneficiárias precisavam saber onde estavam inseridas e o que estavam fazendo; que tudo isso tinha relação com a redução do desmatamento. A Sra. Magaly Medeiros afirmou ser esse um ponto de suma importância e que o IMC havia trabalhado nesse sentido, por exemplo, quando a Sema ou qualquer outra instituição pretendia estabelecer um convênio, informavam antes aos beneficiários e propunham a parceria; porém foi detectado que alguns dos beneficiários não estavam bem informados, então houve um retorno a eles, visando fortalecimento dessa comunicação, mesmo que feita posteriormente. Colocou ainda que houve mitigação, mas na segunda fase essa ação teria que ser prevista e por isso no plano de trabalho encaminhado estava prevista essa ação com um levantamento da necessidade visando à melhoria do sistema de governança, de transparência e de comunicação. A Sra. Ivana Guerreiro complementou dizendo que a Ceva precisava ser fortalecida para ir a curso e que recursos físicos e financeiros deveriam ser previstos para a segunda fase. O Sr. Waldir Cruz reafirmou que mesmo sem recursos financeiros a Ceva poderia ir a campo a partir da organização e apoio das instituições parceiras e que deveria ser requisito para aprovação dos projetos, a previsão do seu próprio monitoramento. Colocou ainda que deveríamos inverter essa ordem. Por fim a Sra. Ivana Guerreiro apresentou a minuta do GTM, solicitando a todos que encaminhassem suas sugestões ao documento até o dia 07 de abril do corrente ano. A Sra. Magaly Medeiros encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

Sendo assim a Secretaria Executiva da Ceva lavrou a presente Ata, assinada pela Coordenadora da Comissão, Sra. Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira.

**Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira**  
Coordenadora da CEVA

Registre-se e Publique-se.